

ASSOCIAÇÃO DOS PROFISSIONAIS E TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO NA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE POÁ, APEP-POÁ

Edição nº06/2022-Maio/Junho

**EM MEIO A UM CENÁRIO DE GUERRA,
VEREADORES SILENCIADOS E MANOBRA NA
INFORMAÇÃO DAS CONTAS, GOVERNO
MÁRCIA BIN APROVA REDUÇÃO/EXTINÇÃO
DO VALE ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES**



Forte aparato de segurança dificultou entrada dos servidores no plenário e impediu que os mesmos cobrassem os vereadores da base aliada que se manifestassem em favor do PL 64/2022 (Imagem Reaja-Poá)

Nesta segunda-feira, 30 de maio, foi convocada uma Sessão Extraordinária para debater em 2ª e última votação, o Projeto de Lei nº 64/2022 que trata da redução e extinção do vale alimentação dos servidores suspenso o ano passado por força da Lei nº4166/2021, lei esta que garantia o retorno do benefício assim que a folha de pagamento estivesse abaixo dos 51,3%. Diversos servidores paralisaram as suas atividades e compareceram à Câmara Municipal para acompanhar a votação e pressionar os vereadores a rejeitarem tamanho absurdo, visto que folha de pagamento se encontra abaixo dos 50%.

FORTE APARATO DE SEGURANÇA E VEREADORES DA BASE ALIADA TOTALMENTE CALADOS GARANTIRAM A APROVAÇÃO DO PL

Mesmo diante do manifesto dos servidores, que pediam a todo custo que os vereadores que eram favoráveis ao Projeto de Lei, que o defendesse usando a tribuna, todos eles se mantiveram calados e para intimidar os servidores mobilizaram a tropa de choque e a guarda civil da cidade que numa tática de guerra dificultaram a entrada dos servidores na Câmara Municipal e impediram que os mesmos se dirigissem com palavras de ordem aos vereadores. Durante a tentativa de chamar a atenção do Presidente da Câmara, Vereador Diogo Pernoca, já que o acesso à Casa de Leis estava barrado, o presidente da APEP, Prof. Franklin, foi puxado por diversos guardas civis e atacado diretamente com spray de gás lacrimogêneo pela Secretária de Segurança Pública, Marlene de Sant'anna. Um ato totalmente desproporcional e sem cabimentos contra um servidor que só tentava se fazer ouvido. Diante da denuncia sobre o documento encaminhado que apresentava de forma distorcida o cálculo de impacto financeiro e a manifestação e gritos dos servidores que numa última tentativa tentaram sensibilizar os vereadores, a sessão foi retomada e sem que qualquer vereador apresentasse qualquer justificativa para aprovação do PL, o mesmo foi aprovado por 10 votos a 06.

Votaram a favor do Projeto e contra os servidores os vereadores, Tio Deivão, Lucas Ferrari, Marcílio Duarth, Márcio da Rani, Fabio Suru, Emerson Dentinho, Fabrício Brasa Chopp, Jilmara Quirino, Welson Lopes e Patricia Bin do Testinha.

Votaram contra o Projeto e a favor dos servidores os vereadores Beto Melo, Edinho, Prof. Rogerio Mathias, Edevaldo Gonçalves, Saulo Dentista e Dr Saul.

CATEGORIA DECIDE PERMACER EM ALERTA E FORTALECER OS INSTRUMENTOS DE LUTA PARA GARANTIA E MANUTENÇÃO DOS DIREITOS

Após a aprovação do Projeto de Lei, os servidores presentes encaminharam por intensificar as ações de denúncia contra o executivo e sua base aliada, além de estratégias que permitam fortalecer os instrumentos de luta contra esses e outros ataques programados pelos governos ao conjunto dos servidores. Importante ressaltar que as ações unificadas das entidades representativas cujas sedes estão aqui no município e disposição de luta de cada servidor aguerrido foi fundamental, pois embora o vale alimentação não tenha sido retomado assim como determinava a Lei 4166/2021, pelo menos evitou que uma proposta ainda pior que era de apenas retomar com R\$200,00 a quem ganhava até R\$3.000,00 sem qualquer aceno para a oferta de um índice de ajuste fosse aprovada em meados de março.

APEP TENTOU BARRAR VOTAÇÃO NO JUDICIÁRIO E SOLICITOU O IMEDIATO RESTABELECIMENTO DO NOSSO BENEFÍCIO

Não foi por falta de vontade! Além das manifestações ocorridas com paralisação de serviços, o Departamento Jurídico da APEP atuou para, na esfera judicial, retomar nosso benefício e suspender a votação da PL 64/2022. Infelizmente o Exmo Juiz de Direito Dr Valmir Maurici Jr não acatou nosso pedido para

suspender as votações alegando, conforme legislação vigente, a independência do Poder Legislativo, visto que a matéria ainda se tratava de um Projeto de lei, podendo inclusive ser rejeitada pelos vereadores. Quanto ao restabelecimento do Vale Alimentação, intimou a Prefeitura a apresentar seus esclarecimentos, porém com a aprovação do PL 64/2022, a ação provavelmente será extinta por perda de objeto já que o dispositivo que nos garantia o retorno do benefício fica revogado.

REPOSIÇÃO É COMPROMISSO DO SERVIDOR COM A POPULAÇÃO

Como sempre fizemos, a APEP em conjunto com as demais entidades já protocolaram documento solicitando o pagamento pelos dias de paralisação a TODOS QUE ADERIRAM AO MOVIMENTO, mediante compromisso de reposição, compromisso esse, que temos com a população. Tão logo tenhamos a resposta do Governo, os servidores serão informados.

VEM COM A GENTE!!!

ALERTA TOTAL

APEP, ÉTICA, COMPROMISSO E LUTA!!!

À DIRETORIA

**FRANKLIN VALDEMAR DO NASCIMENTO
PRESIDENTE**

Fórum das Entidades Representativas dos Servidores Públicos de Poá (SINSERP, APEP, JSMF)